

MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO C.N.P.J. nº 61.697.678/0001-60

PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS DO MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017 — O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais do **MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação do material contábil do ano de 2017 (meses de janeiro a dezembro), referente à contabilidade desse ano, efetuando a análise do relatório anual da administração inerente às atividades de natureza econômica, elaboração o presente Relatório, com a emissão do **PARECER**, a ser submetido à Assembleia Geral. **RELATÓRIO: 1 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL** - A documentação contábil foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de despesas, recibos, dos respectivos balancetes, diários e extratos bancários; **2 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL** - Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos mensalmente, estando todos em perfeita ordem; **3 - PARECER** - Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pela diretoria da Entidade, e tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores independentes, **AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA**, o **CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS**, por unanimidade de seus membros, é de opinião que os documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, razão pela qual recomenda a aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral. — São Paulo, 24 de Abril de 2018 — **AFONSO MARIA VIEIRA PINTO**, Conselheiro, RG. 28.146.592-7 SSP/SP, CPF. 274.084.478-65; **VALDINEI LORIAN**, Conselheiro, RG. 56.546.581-8 SSP/SP, CPF. 008.085.180-03; **MARCELO ANTONIO AUDELINO MOLINERO**, Conselheiro, RNE. V370147 - TCPF.231.116.548-85.

BALANÇO PATRIMONIAL — 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 — VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO	Nota	Educação	Assistencial	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		13.343.063	1.253.995	14.597.058	26.906.364
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 3.4	3.434.423	303.283	3.737.706	15.130.536
Caixa		7.762	466	8.228	8.280
Bancos C/ Movimento		401.020	-	401.020	150.821
Bancos Conta Poupança	Nota 3.4.1	-	-	-	-
Bancos Conta Poupança c/ Restrição	Nota 3.4.1	74.145	302.817	376.962	247.147
Aplicações Financeiras	Nota 3.4.2	2.951.495	-	2.951.495	14.724.288
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	Nota 3	9.308.272	894.274	10.202.546	11.224.378
Anuidades a Receber	Nota 3.5	5.183.913	-	5.183.913	4.213.724
(-) Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa	Nota 3.6	(929.624)	-	(929.624)	(385.620)
Subvenções, Contr. e Conv. - c/Restrição	Nota 3.17.2	2.624.110	830.233	3.454.343	4.106.157
Adiantamentos de Salários	Nota 3.7	663.452	64.041	727.493	904.113
Outros Adiantamentos	Nota 3.7	217.397	-	217.397	870.617
Depósitos p/ Recursos	Nota 18	1.546.838	-	1.546.838	1.508.556
Impostos e Contrib. a Recuperar		2.185	-	2.185	6.823
DESPESAS ANTECIPADAS	Nota 3.8	600.368	56.438	656.807	551.450
Despesas Antecipadas		600.368	56.438	656.807	551.450
ATIVO NÃO CIRCULANTE		252.566.551	364.334	252.930.885	245.878.840
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 3	9.403.061	264.165	9.667.226	640.826
Subvenções, Contr. e Conv. - c/Restrição	Nota 3.17.2	9.403.061	264.165	9.667.226	640.826
IMOBILIZADO	Nota 4	242.941.114	100.169	243.041.283	244.700.814
Imobilizados		288.467.242	360.467	288.827.709	286.911.523
Imobilizados c/ Restrição	Nota 4.1	79.848	-	79.848	-
Bens em Comodato		24.089	-	24.089	-
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		(45.628.788)	(260.298)	(45.889.086)	(42.210.642)
(-) Depreciação/Amort. Acum. c/ Restrição	Nota 4.1	(1.278)	-	(1.278)	-
INTANGÍVEL		222.375	-	222.375	237.133
Marcas e Patentes		22.365	-	22.365	26.365
Softwares		711.374	-	711.374	666.866
(-) Amortização Acumulada		(517.364)	-	(517.364)	(458.098)
TOTAL DO ATIVO		265.909.614	1.618.329	267.527.943	272.485.204

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$)

RECEITAS OPERACIONAIS	Nota	Educação	Assistencial	2017	2016
(+) Receitas de Atividades Sem Restrição	Nota 15.2	83.972.606	-	83.972.606	84.574.612
Anuidades/Mensalidades Escolares		81.523.991	-	81.523.991	82.225.573
Outros Serviços Educacionais		2.448.615	-	2.448.615	2.349.038
(-) Deduções das Receitas		(4.679.858)	-	(4.679.858)	(3.997.012)
Descontos s/ Mensalidades		(707.809)	-	(707.809)	(823.520)
Deduções Bolsa de Estudos Concedidas Instit./Sind.		(3.633.305)	-	(3.633.305)	(2.978.526)
Devoluções de Mensalidades, Taxas e Cursos		(338.754)	-	(338.754)	(194.966)
(+) Outras Receitas Com Restrição	Nota 15.2	3.085.601	2.418.528	5.504.129	4.351.902
Convênios c/ Prof. Munic. de São Paulo	Nota 17	3.085.601	2.418.528	5.504.129	4.351.902
(-) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		82.378.339	2.418.528	84.796.867	84.929.502
CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS					
Custo do Atendimento Gratuito	Nota 13	(11.474.808)	(7.503.686)	(18.978.494)	(18.583.767)
Despesas Administrativas e Gerais	Nota 15.1	(78.967.481)	-	(78.967.481)	(74.796.378)
Depreciações/Amortizações	Nota 3.10	(3.518.895)	(38.468)	(3.557.363)	(2.370.372)
Despesas Voluntárias	Nota 16	(90.319)	(90.319)	(180.638)	(180.638)
(-) TOTAL DAS DESPESAS OPERAC.	Nota 8.1	(93.961.184)	(7.633.073)	(101.594.257)	(96.697.203)
(-) RESULTADO OPERACIONAL		(11.582.845)	(5.214.545)	(16.797.391)	(11.767.702)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras		2.039.774	7.107	2.046.881	4.217.906
Despesas Financeiras		(2.006.135)	(1.825)	(2.007.961)	(2.015.861)
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		33.639	5.281	38.920	2.206.045
OUTRAS RECEITAS	Nota 8.2				
Receitas Transitórias e Eventuais		189.848	-	189.848	21.967
Receitas Gerais		1.308.158	28.405	1.336.563	1.194.626
Serviços Voluntários	Nota 16	-	90.919	90.919	946.886
(+) TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.498.006	119.324	1.617.330	2.163.279
(-) DEFEITOS DOS PERÍODOS		(10.051.201)	(5.089.940)	(15.141.140)	(7.348.377)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$)

Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Exercícios Anteriores	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/Deficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido	
EM 31 DE DEZEMBRO 2015	63.521.974	3.964.390	(320.799)	178.722.792	(5.047.020)	240.841.338
Transferência do Deficit do Exercício de 2015	(5.047.020)	-	-	-	5.047.020	-
Reserva da Reserva de Reavaliação	440.481	(440.481)	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(320.799)	-	320.799	-	-	-
Deficit do Exercício	-	-	-	(7.348.377)	(7.348.377)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	22.562.735	-	22.562.735	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2016	58.594.637	3.523.909	-	201.285.528	(7.348.377)	256.055.696
Transferência do Deficit do Exercício de 2016	(7.348.377)	-	-	-	7.348.377	-
Reserva da Reserva de Reavaliação	440.481	(440.481)	-	-	-	-
Deficit do Exercício	-	-	-	(15.141.140)	(15.141.140)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.351.679	-	-	(1.351.679)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2017	53.038.420	3.083.427	-	199.933.849	(15.141.140)	240.914.556

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL
MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO, fundado em 19 de Janeiro de 1950, na cidade de São Paulo -SP, com seus atos constituintes registrados no 2º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o nº 1.533 Livro "A" nº 3, inscrito no CNPJ sob nº 61.697.678/0001-60, é uma associação civil, sem fins econômicos e lucrativos, com personalidade jurídica de Direito Privado, com autonomia administrativa, financeira e Patrimonial, constituída em conformidade com a legislação brasileira. Tem caráter educacional, cultural, filantrópico e presta serviços públicos gratuitos de educação e assistência social por meio da promoção da infância, adolescência, juventude e adultos, atendendo às suas carências e emergenciais de recursos materiais e humanos, tendo como atividade preponderante, a educação, tudo em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela legislação aplicável.

A Entidade está localizada na Capital do Estado de São Paulo, onde funciona a Matriz e sete filiais – os núcleos socio-educativos, a saber:
 Vila Morse – Obras Sociais Núcleo I
 CCT – Paraisópolis – Obras Sociais Núcleo II
 Monte Kemel – Obras Sociais Núcleo III
 CEISER – Obras Sociais Núcleo IV
 Casa Azul Panônia – Obras Sociais Núcleo V
 Casa Azul Santo Américo – Obras Sociais Núcleo VI - Sede das Obras Sociais
 Dona Diva – Obras Sociais Núcleo VII

O custeio destes núcleos de educação e assistência social é apurado levando-se em consideração, os gastos específicos a eles atribuíveis e aqueles incorridos pelos núcleos de uma maneira geral e que são rateados. Todos os núcleos são mantidos pelo Mosteiro São Geraldo e são 100% Gratuitos.
 a) Para a consecução de suas finalidades, a Entidade obtém recursos financeiros por meio de mensalidades cobradas pelo Colégio Santo Américo como sua principal fonte de renda; de convênios; de doações e de rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras, representadas por fundos de renda variável, CDBs e poupança, e se referem, em grande parte, a provisões para cobertura de encargos trabalhistas, manutenção e ampliação de sua estrutura física.
 b) A Entidade, nos termos estabelecidos no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 em atendimento ao disposto nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66, é imune de tributação sobre seu patrimônio, renda ou prestação de serviço. Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 195, parágrafo 7º, a Entidade é imune de contribuição para a seguridade social.
 c) O Mosteiro São Geraldo de São Paulo é uma Entidade beneficente de Educação e Assistência Social (possui Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social) e para usufruir da Isenção Tributária determinado pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13, e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14, cumpre os requisitos previstos no artigo 29 da referida Lei.
 Planos da Administração para reversão dos consecutivos déficits.

Devido aos sucessivos déficits operacionais incorridos nos últimos exercícios, inclusive, com insuficiência de capital circulante líquido a Entidade implantou em 2017, o Plano de Reversão do Deficit (PRD), assim, apresentamos os principais pontos previstos para os exercícios vindouros que irão impactar diretamente o desempenho financeiro da Entidade:
 (a) Avaliação das unidades deficitárias, visando a redução dos custos e despesas e consequente melhoria na geração de caixa mesmo que, tais unidades 100% gratuitas, onde não há geração de Receita; (b) Descontinuidade de unidades sociais e reordenamento social, em alinhamento a reformulação legal de que toma a conta de filantropia com o advento da Lei 12.868/2013; (c) Revisão no modelo de gestão de ofertas de descontos e bolsas, visando a fidelidade dos clientes diminuindo a inadimplência e aumentando a geração de caixa. Em paralelo, a Administração está executando ações que impactam em modificações na estrutura organizacional, modelo de gestão e planejamento estratégico. Além, da efetivação e continuidade de projetos como GGRC - Gestão de Governança, Riscos e Compliance; Nesse sentido, a consolidação da informação dos últimos exercícios, bem como as projeções financeiras para os próximos futuros, sinalizam que dentro do prazo previsto de execução do PRD - Plano de Reversão de Deficit, que finda em 2020, serão atingidos. Sendo que seus objetivos serão ampliados para um plano de maior abrangência, denominado "Programa de Transformação", desta forma, o Mosteiro São Geraldo apresentará uma operação econômica viável, recuperação da capacidade de investimentos e redução da dependência de capital de terceiros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Assembleia Geral, em 22 de abril de 2018.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
 As demonstrações contábeis de 2017 foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.376/2011, que altera a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a CFC nº 1.152/2009 que aprova a NBC TG 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009 que alteram artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução nº CFC 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturas das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros. Além dos aspectos da Lei nº 12.101/2009 – Certificação das entidades beneficentes de assistência social, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e alterada pela Lei nº 12.868 de 15/10/2013, regulamentada pelo decreto nº 8.242 de 23/05/2014.
 As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
3.1. Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão em milhares de Reais, que é a moeda funcional do Brasil, da Entidade e, também, a moeda de apresentação.
3.2. Regime: A prática contábil adotada de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e ITG 2002, respeitando os princípios fundamentais de Contabilidade, em especial o regime de oportunidade e o regime de competência. A entidade reconhece as receitas e despesas respeitando o Princípio da Competência, conforme ITG 2002 (RT), aprovada pela Resolução 1.409/12.
3.3. Ativos Circulante e Ativos Não-Circulante: Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados nesse grupo, representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária bem como, títulos privados de instituições financeiras, de curto prazo e de alta liquidez mediata e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
3.5.1 Contas Poupança: Saldos das contas poupanças com restrição referem-se de valores para futuros gastos dos convênios firmados junto à PMSF que na data base em 31/12/2017 são:
CONTA POUPANÇA EDUCACIONAL VALORES EM R\$
 BANCO ITAU 47922-3 58.359,57 COM RESTRIÇÃO
 BANCO DO BRASIL 6798-1 14.613,15 COM RESTRIÇÃO
 BANCO DO BRASIL 6802-3 1.172,63 COM RESTRIÇÃO
SALDO 74.145,35
CONTA POUPANÇA ASSISTENCIAL VALORES EM R\$
 BANCO ITAU 67707-0 143.302,83 COM RESTRIÇÃO
 BANCO ITAU 67711-2 43.079,90 COM RESTRIÇÃO
 BANCO ITAU 67705-4 26.875,26 COM RESTRIÇÃO
 BANCO ITAU 67719-8 47.284,26 COM RESTRIÇÃO
 BANCO ITAU 31416-1 302.817,09 COM RESTRIÇÃO
SALDO 812.817,09

3.4.2 Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras da Entidade, são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se toma parte das disposições contratuais do instrumento. Os rendimentos com aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitos à incidência de tributos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais.
3.5. Anuidades à Receber: Valores de mensalidades do Colégio Santo Américo que ficaram em aberto até a data do fechamento do balanço em 31/12/2017.
3.6. Provisão para Créditos de Liquidações Duvidosas: A Entidade mantém a Provisão para Créditos de Liquidações Duvidosas para cobrir perdas estimadas em decorrência do seu contas à Receber, considerando dados históricos e a posição de inadimplência.
3.7. Outros Adiantamentos: Adiantamentos efetuados à fornecedores e outros Direitos à receber como cheques e compensar e Valores à Regularizar.
3.8. Despesas Antecipadas: Compreende as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte, tais como seguro de veículos, responsabilidade civil e assinaturas de periódicos.

3.9. Investimentos: Os investimentos estão contabilizados pelos valores originais conhecidos, atualizados, quando aplicável, até o encerramento do exercício.
3.10. Imobilizado e Intangível: Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por depreciações calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, por espécie de bem. Conforme levantamento elaborado pela Administração as taxas de depreciação anteriormente utilizadas foram mantidas por terem sido consideradas adequadas (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.
3.11. Construções em Andamento: As construções em andamento são constituídas de custo do projeto, mão-de-obra e aquisição de materiais. O saldo será revertido para a conta Imóveis ou Máquinas e Equipamentos, tão logo que receba a redução ao material, habite-se ou termo de conclusão.
3.12. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Os valores do imobilizado são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
3.13. Passivo Circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do Balanço Patrimonial.
3.14. Adiantamento de Clientes: Os saldos se referem a parte das parcelas de janeiro de 2018, confirmações de vagas de alunos novos e antecipações de mensalidades de alunos matriculados, recebidas no segundo semestre de 2017, referente a anuidade de 2018.
3.15. Contas à Pagar: Referem-se a fornecedores e prestadores de serviços que serão pagos no curto prazo.
3.16. Provisões de Férias e Encargos: Foram calculados com base nos direitos adquiridos dos colaboradores até a data do Balanço em 31/12/2017.
3.17. Apuração das Receitas e Despesas: As receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando o Princípio da Competência. As receitas e despesas também são reconhecidas, respeitando todos os princípios contábeis.
3.17.1. Doações e Contribuições: Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas.
3.17.2. Convênios Municipais: A Entidade tem a receber, assim como aplicar, valores do Poder Público Municipal conforme contratos firmados, e estão demonstrados conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.305/10 que aprova a NBC TG 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.
3.17.3. Receitas de Serviços: A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Entidade, conforme descrição a seguir, o Mosteiro São Geraldo de São Paulo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado. A Entidade presta serviços voltados para atividades educacionais onde a receita é mensurada com base nos valores efetivamente praticados. Esses serviços são prestados conforme em contrato de preço fixo. É a receita de contratos de prestação de serviços de educação é reconhecida de acordo com sua competência, no período em que os serviços são prestados. Quando o recebimento ocorre antes do faturamento, o valor recebido é tratado como forma adiantamento de clientes, para posterior realização da receita, pela competência da prestação do serviço. Sobre o valor das receitas, são deduzidos os montantes efetuados com a bolsa de estudos, conforme definido por políticas interna, e por cumprimento da Lei nº 12.101/09. Nas escolas sociais, onde não há cobrança de mensalidade para nenhum aluno matriculado, as receitas com bolsas de estudos são estimadas com base nos custos incorridos.
NOTA 04 – DEMONSTRATIVO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Valor	Depreciação/Amortização	Líquido 2017	Líquido 2016
Imóveis - Educação	75.213.065	30.258.334	44.954.732	46.564.401
Terenos - Educação	183.710.428	-	183.710.428	183.710.428
Aparelhos de som e imagem - Educação	710.665	484.485	226.180	290.797
Aparelhos de som e imagem - Assistencial	4.968	4.088	1.880	-
Aparelhos de som e imagem - c/ Restrição Educacional	5.864	71	4.793	0
Eqptos de informática/Intangível (softwares)-Educação	5.755.961	5.092.683	663.279	939.514
Eqptos de informática/Intangível (softwares)-Assistencial	137.358	133.579	3.779	0
Eqptos de informática/Intangível (softwares)-c/ restrição Educação	17.474	582	16.892	0
Veículos - Educação	1.380.453	1.322.568	57.885	233.440
Material didático e laborat. - Educação	647.570	602.615		